

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

**LEITURA, LIVROS E LEITORES: CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEITURA EM GERAL
E NO UNIVERSO ESCOLAR**

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Texto elaborado como subsídio aos técnicos da SEED e NREs, a propósito da inserção do tema leitura no calendário de formação continuada dos profissionais da educação da Rede Estadual de Educação no ano de 2012.

Elaboração

Valéria Arias - SEED/DEB/ Equipe Disciplinar - Filosofia

Marly Albiazzetti Figueiredo - SEED/DEB/ Equipe Disciplinar - Língua Portuguesa

Leitura crítica

Altair Pivovar - UFPR

CURITIBA, MARÇO DE 2012

A reprodução e/ou citação de todo ou parte deste material está autorizada para fins pedagógicos, desde que mencionada a fonte.

Citação

PARANÁ, SEED/DEB. **Leitura, livros e leitores:** considerações sobre a leitura em geral e no universo escolar. (Texto para discussão). Arias, V.; FIGUEIREDO, M.A. Curitiba, mar. 2012.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Este estudo é resultante de uma primeira exploração acerca do “estado da arte” da questão da leitura no País, na escola e, mais especificamente, entre os professores e demais profissionais da educação. Mais do que um arrazoado de caminhos a seguir, as presentes considerações têm a intenção de, à luz de levantamentos, pesquisas e análises disponíveis, problematizar a questão e suscitar uma avaliação dos limites que determinam a não-leitura¹.

A menção desta categoria, a não-leitura ou, ainda, do processo de formação de não-leitores, por si só, causa certa estranheza nos meios pedagógicos e educacionais, pois é fato que o domínio e a prática da leitura têm sido tomados como elementos fundamentais para a formação integral dos sujeitos, considerando-se suas múltiplas dimensões, nas mais diversas vertentes pedagógicas estudadas e praticadas no Brasil desde o final dos anos de 1980, quando se consolida o processo de redemocratização.

Eis o paradoxo: por um lado, a leitura, e sua ligação intrínseca com a capacidade de interpretação e de expressão, tem adquirido centralidade nas pedagogias escolares, dada sua importância formadora, tanto em termos da cognição, como da construção da cidadania e da ampliação de horizontes culturais dos estudantes; por outro, variados estudos demonstram que os sistemas educacionais seguem formando um número expressivo de não-leitores, apesar de realmente terem investido pesadamente em políticas e programas de suporte e alavancagem da leitura com vistas à formação de leitores.

A questão adquire feições mais amplas, isto é, insere-se no campo da cultura, quando se pondera que a capacidade (ou habilidade) de leitura, aliada intrinsecamente aos domínios da interpretação, argumentação, expressão e exposição de conceitos, conteúdos, ideias, enfim, de discursos e narrativas em geral, não é só valorizada nos meios educacionais mas, também, nos mais diversos contextos sociais onde, apesar de toda a facilidade de acesso e circulação de informações e de conteúdos, são notáveis os limites da população em termos da leitura, da compreensão de enunciados e da

1 Entende-se por não-leitor o indivíduo que não realiza leituras eficientes de textos escritos em geral. Esclarecemos que existem uma série de concepções e definições distintas de leitura e não-leitura e que, de forma categórica, se considerado o conceito mais amplo de leitura, não há sujeitos não-leitores absolutos. Ressalta-se, também, que não se persegue a construção do ideal de leitor na acepção tradicional, assim entendido como o sujeito identificado ao perfil de domínio da cultura livresca, geralmente leitor contumaz de obras clássicas, tanto literárias como científicas. Objeta-se também que, embora se relativize o valor da cultura livresca e a formação de leitores eruditos, na esteira de teóricos como BAYARD (op. cit.), entende-se que é **sim** papel da escola, e de outros setores organizados da sociedade civil, contribuir para a ampliação da leitura competente dos diversos gêneros textuais entre os cidadãos brasileiros.

expressão oral e escrita.

Nesse sentido, a ideia da elaboração deste painel geral surgiu da proposição de que as formações, por disciplina, elaboradas pela Equipe Técnico-pedagógica DEB/SEED no primeiro semestre de 2012, tivessem como elemento orientador a questão da leitura em suas diversas interfaces e implicações. Uma vez colocada em pauta a leitura, elemento que, conforme já aludido, há muito deixou de ter a conotação de “conteúdo exclusivo das disciplinas de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna”, acredita-se que é preciso refletir sobre os desafios relacionados à formação de leitores numa perspectiva mais conjuntural, visto que os limites que historicamente geram os grandes indicadores nacionais são relativos à somatória de limites constituídos localmente. Sendo assim, a percepção global do problema e o reconhecimento de suas feições locais são fundamentais.

A transformação de não leitores (e por extensão, de não-interpretadores e não-escritores) em leitores, no universo da cultura global do País tem sido objeto de inúmeras reflexões e políticas setoriais. Neste espectro estão, por exemplo, a política e economia do livro e a construção e/ou expansão de equipamentos públicos, tais como bibliotecas e centros culturais. No que tange à escola, entende-se que a formação de leitores exige sobretudo ações integradas da parte de gestores e educadores, tais como: planejamentos bem estruturados, coletivos de professores comprometidos com a formação integral dos estudantes e a adoção de estratégias adequadas a cada unidade escolar e comunidade local.

Em conformidade com um dos objetivos do Encontro Pedagógico SEED/NREs do primeiro semestre de 2012, proposto pela Secretaria, atingir a meta da escola que efetivamente prioriza a formação de leitores é a motivação que se coloca como “pano de fundo” deste estudo, ora disponibilizado para suscitar a reflexão, a análise e a proposição de ações acerca da questão da produção de leitores e de não-leitores pela sociedade e pela escola.

O presente estudo, de natureza exploratória é baseado na literatura disponível a respeito da temática. Os dados, informações e análises aqui presentes, ainda carecem de maiores crivos hermenêuticos e empíricos, muito embora acredite-se que o painel delineado pode constituir-se em retrato aproximado de aspectos fundamentais, relacionados aos “chamados” hábitos de leitura e às razões da não-leitura, bem como em subsídio para políticas públicas educacionais que, de maneira direta ou indireta, objetivam a expansão e o aprofundamento destes hábitos.

I- LEITURA NO BRASIL: ALGUNS ASPECTOS PEDAGÓGICOS, SOCIOLÓGICOS E DADOS QUANTITATIVOS A PARTIR DO LEVANTAMENTO E ANÁLISES DE TRABALHOS ACADÊMICOS E DE PESQUISAS RECENTES

1.1. Elenco de problemas

A mulher diz ao marido: — Nosso filho está precisando de uma enciclopédia para ir à escola. Ao que o marido responde: — Que enciclopédia nada! Ele que vá de ônibus como eu sempre fiz!

A anedota revela um aspecto tragicômico, pleno de contradições, do qual partiram, ainda no final da década de 1980, estudos, então polêmicos, acerca dos desafios relativos à leitura nos âmbitos acadêmicos e escolares. A anedota foi extraída de um dos textos mais populares do Professor Sírio Possenti, originalmente elaborado para uma palestra sobre as barreiras à leitura identificadas no ambiente escolar. A ironia e o sarcasmo nela presentes refletem uma parte do que Possenti denominou de “pragas da leitura” (POSSENTI, op. cit., p. 27). A “ignorância” do pai em questão constitui-se, de fato, em um paradoxo complexo, quando comparada a um pretense símbolo de “sabedoria” representada pela ideia, muito presente no imaginário popular, representada pela enciclopédia. Não entrando no mérito das reflexões que podem ser entabuladas a partir deste paradoxo, é consenso entre os especialistas que interpretam a constituição do povo brasileiro e do estado-nação Brasil, que o ideal de sabedoria entendido como cultura livresca e, de certa forma, ligada às representações culturais do conceito de saber enciclopédico, só acessível aos membros da elite, foi, ao longo do processo histórico de formação do Brasil republicano e independente, impondo-se como sinônimo de intelectualidade, de conhecimento superior.

Num País fortemente influenciado por características de estado patrimonial e cartorialista, onde a expressão “doutor” é mais um adjetivo ligado aos domínios da condição social do que da condição de saber do sujeito a quem se atribui o “título”, sem dúvida é problemático consolidar e/ou ampliar um parâmetro cultural em que a leitura, a compreensão e a interpretação de textos e narrativas seja compreendida como fundamental para a formação de todos os indivíduos, independente de sua posição econômica e do grupo social a qual pertença.

Embora seja notável o caminho percorrido em termos da difusão de novos moldes para o entendimento do que seja o saber historicamente construído e sistematizado, o

qual se arvora democratizar pela via escolar e da diferença dessa meta do que se entendia por mero acúmulo de informações, a relação entre a aquisição de conhecimentos e a construção da cidadania plena ainda parece ser mediada por critérios formais. Quando se analisa o dado de que boa parte de sujeitos que frequentaram a escola por dois anos ou mais engrossam as estatísticas de pessoas analfabetas absolutas, esta dissociação entre *saber de fato* e *certificação formal de um pretenso saber* torna-se mais papável.

De fato, é recorrente na literatura sobre as causas da precariedade da leitura no Brasil contemporâneo, justamente as suas origens históricas. É possível depreender das posições dos especialistas consultados que a leitura e a escrita, nos diversos âmbitos sociais, inclusive o escolar, seguiram uma tendência de divórcio entre conteúdos e práticas, entre formas abstratas e interpretações singulares (KRAMER, 2000). A leitura/escrita, assim circunscritas às dimensões ora acadêmicas e abstratas, ora formais e instrumentais, as afasta do que hoje se considera fundamental, ou seja, sua importância no processo de construção do conhecimento e da autonomia dos sujeitos.

O divórcio se dá no ponto de partida entre dois universos: de um lado, o conteúdo armazenado no livro ou no texto, de outro, o do aluno com seu repertório e sua circunstância. Margeando esta relação antitética, há o professor que se arvora uma ponte entre estes mundos estanques os quais são apontados como barreira para a ampliação do número de leitores entre os escolares brasileiros. Outros fatores, fora do ambiente escolar, são amplamente mencionados pelos especialistas e pelos professores, enquanto sujeitos das pesquisas consultadas, como limitadores do desenvolvimento de leitores no País (KLEBIS, 2006; SOUZA *et. al.*, 2005).

Considera-se no rol a seguir, organizado em forma de tópicos, tanto as barreiras diretamente ligadas à escola, quanto os limitantes mais gerais.

- Os especialistas apontam que o ato de ler com qualidade tem forte relação com experiências de incentivo. Leitores entrevistados mencionam com muita frequência que foram inicialmente incentivados por uma pessoa da família (independente de esta ser ou não letrada), um parente, um professor a ler os primeiros textos. Como a maioria da população brasileira não é leitora, o que, infelizmente, é verdade para o segmento dos professores, há menos chances de que mais indivíduos sejam incentivados a ler pela via do estímulo positivo de outra pessoa (RODRIGUES *et. al.*, 2007; INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2009). Professores que não têm o hábito da leitura, embora em sua maioria reconheçam que deveriam ler mais, apontam as

seguintes razões para esta situação: falta de tempo; preço dos livros; que se aprende mais com a prática do que com os estudos; que os livros com os quais foram instruídos eram melhores que os atuais. Não se pretende culpabilizar quaisquer sujeitos, sejam educadores ou não, pela sua condição, e/ou opção em relação à leitura, porém, é fato que se deve ponderar que a formação de leitores envolve muito mais que uma estratégia pedagógica ou ação governamental isolada, já que a questão exige que se considere todo um conjunto de elementos sociais e econômicos (*Id. Ibid.*). A avaliação sistêmica da questão da formação ampla de leitores, inclusive entre sujeitos que há muito concluíram seus estudos acadêmicos, parece ser a tônica da atual política para a leitura e para a cultura, cujos diagnósticos e respectivas metas (algumas apresentadas na sequência) estão expressos no Plano Nacional do Livro e da Leitura e no Plano Nacional de Cultura.

- A burocratização da leitura na escola é apontada em duas dimensões aparentemente contraditórias, mas que, numa análise mais apurada, têm o mesmo efeito em relação à formação de leitores, ou seja, quase nulo, segundo a literatura consultada. Um exemplo de burocratização é a tentativa de leitura totalmente administrada, geralmente intermediada pelo professor. Este explica de antemão a interpretação correta do texto aos alunos e a leitura deste funciona como etapa para a realização de atividades, cujo cumprimento obedece a uma previsibilidade determinada. Assim, os produtos requeridos (questões sobre o texto; resumo; preenchimento de fichas, elaboração de desenhos, etc.) tornam-se o carro-chefe desse tipo de estratégia pedagógica, utilizada em praticamente todas as disciplinas. O contato leitor-texto, neste caso, torna-se algo secundário ou, em muitos casos, dispensável do ponto de vista do estudante, que almeja cumprir a tarefa e não debruçar-se sobre o texto. Sujeitos de pesquisas consultadas dão a entender que, com alguns anos de escolaridade, qualquer estudante aprende a demonstrar que leu o que não leu. Outro exemplo de burocratização da leitura na escola diz respeito não à administração do ato de ler, mas do tempo a ele dedicado. Nesses casos, simplesmente se define um horário diário e um cronograma mensal, geralmente organizado de modo a distribuir-se nas cinco aulas do dia, nos cinco dias da semana e, dessa forma, não “atrapalhar” o conteúdo das disciplinas. Nos tempos pré-determinados toda escola dedica-se exclusivamente a ler, sendo que, diferente da primeira tipificação descrita, os

estudantes são livres para escolher seus textos e não necessitam apresentar produtos relativos ao que supostamente leram. Esta forma de burocratização, aparentemente, é mais adequada ao estabelecimento do diálogo entre leitor e texto; tem, à primeira vista, vários méritos, entre eles o de oportunizar um tempo exato para a leitura e permitir o uso desse tempo com o tipo de texto que cada aluno mais gosta. Porém, numa análise mais acurada percebe-se que este tipo de estratégia de leitura não forma leitores, apenas exige que leitores e não-leitores durante tantos minutos do dia escolar, leiam (ou finjam ler) algum tipo de texto.

- É mais comum do que se imagina outra situação que, ao ver de professores e estudiosos, limita o desenvolvimento de leitores. Trata-se da crença que os livros (e por extensão os temas de estudo, pesquisa e interesse) podem ser classificados como adequados ou não adequados, proibidos ou permitidos. Em geral considera-se o sexo, a idade e, também, em muitos casos, a denominação religiosa das pessoas, para a definição do que elas podem ou devem ler. Não sendo objeto deste texto a discussão da proibição de determinados livros ou temas por motivos religiosos, a este respeito apenas aponta-se que os dados demonstram que uma grande parcela da população brasileira afirma ler apenas livros doutrinários (a Bíblia em especial) e que todos os conteúdos necessários à sua formação estariam ali representados. Com respeito à adequação de livros e temas por sexo e idade, os especialistas avaliam que o processo do diálogo leitor-texto, ou mesmo leitor-contexto, e do entendimento que daí advém, é sempre um ato autônomo. Dessa forma, em se tratando de temas ou livros de genuíno interesse do sujeito, as várias formas de excesso de interdição só contribuem para o embotamento de características que a escola e a sociedade deveriam justamente valorizar, tais como o espírito de investigação e a leitura como fruição e divertimento. Nessa categoria de interdições e tabus que cercam a leitura, não raro são mencionados os limites dos espaços de leitura e pesquisa, os quais podem ser traduzidos na forma tradicional de organização e uso das bibliotecas. As pesquisas demonstram o que já se sabe de modo empírico em relação a esta questão. Claro que a organização de livros nas bibliotecas e demais espaços de leitura e pesquisa deve ter parâmetros, porém é preciso ponderar sobre os excessos que são cometidos em nome da preservação dos livros e da manutenção da ordem nas prateleiras, bem como do silêncio nesses ambientes. Acredita-se que bibliotecas escolares e bibliotecas acadêmicas são espaços distintos: servem a públicos diferentes e têm

finalidades pedagógicas e culturais diferentes. O objeto livro em si mesmo não pode ser tomado como intocável, pois para cumprir seus objetivos deve ser lido, manuseado, explorado (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2009; BRASIL –PNLL , 2010).

- Em se tratando da formação de novos leitores, os especialistas, muitos deles com vários anos de prática nesse campo, afirmam que nem sempre os juízos que os adultos têm das capacidades das crianças e jovens corresponde à realidade. Além de minar interesses genuínos, a forma burocrática e/ou normativa e os critérios a partir dos quais se define o que crianças e jovens têm a capacidade de ler e de entender, é apontada como uma das mais recorrentes formas de controle da sujeição de indivíduos em formação. Os livros literários infantis, muitos deles verdadeiros truísmos com belas ilustrações, exemplificam este limite. Não exprimem além do óbvio ou, noutra ponta, são organizados para expressar um determinado valor, uma determinada moral. Também a atuação da família e da escola, em se tratando da iniciação à leitura, frequentemente recai neste equívoco, não só pela definição prévia do que a criança ou jovem deve ler, baseada em critérios imaginados pelos adultos, mas, também, pelo trabalho de “explicação” e “interpretação” prévia que se faz antes mesmo que o contato leitor-texto seja estabelecido, criando-se, assim, uma série de véus que se interpõem entre estes dois elementos: sujeito e texto. Vale lembrar que a leitura competente, seja ela para fruição, seja para informação, seja com objetivos técnicos, é um processo que, embora possa ser orientado pela família e deva ser orientado pela escola, absolutamente não se desenvolve sem que se estabeleça o contato direto entre leitor e texto (PIVOVAR, 2002; KRAMER, 2000).
- A adoção de livros didáticos como manuais únicos também é mencionada como um entrave ao desenvolvimento de leitores no espaço escolar. A vezes ao espírito da escola como local de pesquisa, de investigação, as metodologias centradas num único material instrucional, por melhor que este seja considerado, não contribuem em nada para o desenvolvimento de leitores. Desnecessário discorrer sobre este problema, sobretudo no contexto atual, onde são acessíveis a professores e estudantes uma série imensa de recursos informacionais e instrucionais, além de ferramentas para o intercâmbio de conteúdos, de metodologias e de experiências didático-pedagógicas (DIAS, 2007).

O elenco de dados e indicadores selecionados e apresentados a seguir, de certa

forma dimensionam, em termos quantitativos, os limites identificados pelos pesquisadores e sujeitos entrevistados.

1.2 Elenco de dados e menção de indicadores

O texto só se move com uma condição: a existência do leitor. É preciso notar, no entanto, que não se trata de um leitor comum, daquele que simplesmente domina algumas habilidades fundamentais aprendidas em casa ou na escola. Esse tipo especial de leitor, mais do que exigido funcionalmente pelo texto, é exigido de uma perspectiva cultural.

Gilberto Gil

A problemática da leitura no Brasil é identificada pela totalidade dos especialistas consultados como uma questão sociopolítica. Essa compreensão encontra eco em gestões públicas e organizações civis. Sendo assim, é consenso que as metas relacionadas ao desafio de ampliar o número de leitores devam ser elaboradas e perseguidas de forma multissetorial. Embora o setor da educação tenha grande importância na formação de leitores, os desafios da leitura integram os amplos domínios da cultura nacional. Eis as metas do Plano Nacional de Cultura (2011) e do Plano Nacional do Livro e da Leitura (2010) mais diretamente relacionadas aos problemas abordados neste texto.

1.2.1 Metas extraídas do Plano Nacional de Cultura (PNL) relacionadas à formação de leitores

Meta 19. Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento.

Meta 20. Média de 4 livros lidos fora do aprendizado formal por ano, por cada brasileiro.

Meta 24. 60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais

Meta 29. 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência

Meta 30. 37% dos municípios brasileiros com cineclube.

Meta 31. Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural, na seguinte distribuição: 35% dos municípios com até 10 mil habitantes com pelo menos um tipo; 20% dos municípios entre 10 mil e 20 mil habitantes

com pelo menos dois tipos; 20% dos municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes com pelo menos três tipos; 55% dos municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes com pelo menos três tipos; 60% dos municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes com pelo menos quatro tipos; 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes com pelo menos quatro tipos.

Meta 32. 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento.

Meta 34. 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados.

1.2.2 Metas do Plano Nacional do Livro e da Leitura - PNLL

- a. Formar leitores, buscando, de maneira continuada; substantivo aumento do índice nacional de leitura (número de livros lidos por habitante/ano) em todas as faixas etárias e do nível qualitativo das leituras realizadas;
- b. Implantação, modernização e qualificação de acervos, equipamentos e instalações de bibliotecas de acesso público nos municípios brasileiros;
- c. Fomentar a formação de mediadores e agentes de leitura;
- d. Incentivar programas de bolsas de criação, formação, intercâmbio, pesquisa e residências literárias;
- e. Realização bienal de pesquisa nacional sobre *leitura*;
- f. Implementação e fomento de núcleos voltados a pesquisas, estudos e indicadores nas áreas da *leitura* e do *livro* em universidades e outros centros;
- g. Concessão de prêmio anual de reconhecimento a projetos e ações de fomento e estímulo às práticas sociais de leitura;
- h. Expansão permanente do número de salas de leitura e ambientes diversificados voltados à leitura;
- i. Identificação e cadastro contínuos das ações de fomento à leitura em curso no país;
- j. Identificação e cadastro contínuos dos pontos de vendas de livros e outros materiais impressos não periódicos;
- k. Elevação significativa do índice de empréstimos de livro em biblioteca (sobre o total de livros lidos no país);
- l. Aumento do número de títulos editados e exemplares impressos no país;

- m. Elevação do número de livrarias do país;
- n. Aumento da exportação de livros; expansão do número de autores brasileiros traduzidos no exterior;
- o. Aumento do índice *per capita* de livros não didáticos adquiridos; ampliação do índice de pessoas acima de 14 anos, com o hábito de leitura e que possuam ao menos dez livros em casa;
- p. Estimular continuamente a criação de planos estaduais e municipais de leitura;
- q. Apoiar o debate e a utilização de *copyrights* não restritivos (*copyleft* e *creative commons*), equilibrando o direito de autor com direitos de acesso à cultura escrita;
- r. Assegurar o acesso a pessoas com deficiência, conforme determinações da legislação brasileira e dos imperativos conceituais e objetivos expressos no amplo direito à leitura para todos os brasileiros contidos neste Plano.

1.2.3 Números e indicadores

Segundo dados comparáveis das pesquisas mais importantes no que tange aos dados de leitura; letramento; alfabetismo e analfabetismo² no Brasil e os dados consolidados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP e da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, é possível depreender que:

54% dos brasileiros (todas as faixas etárias) que estudaram até a 4ª série do Ensino Fundamental de 08 anos, atingiram, no máximo, o grau rudimentar de alfabetismo, sendo que 10% destes podem ser considerados analfabetos absolutos, mesmo tendo cursado de um a quatro anos do ensino fundamental (Instituto Paulo Montenegro - IPM, dados de 2009; INEP, 2000 a 2005 – série histórica: base de dados e micro-dados).

A evolução da taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais, no País, diminuiu de 65,3%, em 1900, para 13,6%, em 2000, ou seja, trata-se de um avanço fenomenal se compararmos com o período de início da colonização, em 1530 até o início do século 20. Contudo, em 2000, cerca de 16 milhões de pessoas de 10 anos e mais

² Trata-se dos dados aquilatados e dados produzidos pelo INEP; pelo IPM, considerado braço educacional do IBOPE; pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)/IBGE e, finalmente, pelo Instituto Pró-Livro e instituições parceiras, realizador das duas edições da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil. Todas as fontes são mencionadas em no item Referências.

eram analfabetas absolutas e outras 14 milhões poderiam ser classificadas como analfabetos funcionais. (Mapa do Alfabetismo no Brasil: INEP, 2003) Hoje o percentual de analfabetos absolutos gira em torno dos 12% da população (IBGE/PNAD, 2010 – IPM, 2010 – dados coletados em 2008) e outros 25% enquadram-se (nas pesquisas em que a habilidade de leitura deve ser demonstrada) no conceito tradicional de semi-analfabetismo ou de alfabetização rudimentar, pois conseguem apenas ler palavras ou frases muito curtas com termos usuais e letras de imprensa (IPM, 2009; IBGE, 2010; Retratos da Leitura no Brasil, 2009). Note-se que o conceito de analfabeto funcional varia de acordo com a metodologia de pesquisa adotada. Isto talvez explique a variação de percentuais, presente, inclusive, nos dados de organismos oficiais. Tal variação, entretanto, não chega a ser uma discrepância. Como o mapa do alfabetismo segue evoluindo lenta, mas, positivamente, acredita-se que na próxima medição censitárias/contagem (2015) a soma de analfabetos absolutos e funcionais deva baixar alguns pontos percentuais e seguir a tendência de concentrar-se na população de 50 anos e mais.

Quadro 1 - Evolução da escolaridade da população, por etapa de ensino concluída (2000-2006)

Grau de Escolaridade	2000 (IBGE/Censo 2000)	2006 (IBGE/PNAD 2006)
Analfabeto	40.480.015	35.532.845
Sabe ler e Escrever- Completo primeira etapa da Educação Fundamental	51.163.211	56.236.501
Ginásio/EF de 08 anos	39.111.434	39.983.221
Colegial/Ensino Médio	28.785.441	40.029.959
Ensino Superior	10.332.754	15.441.854
Total	169.872.855	187.224.380

O dado atualizado mais preocupante apontado pelas pesquisas consultadas é o seguinte: mais de 35% dos analfabetos brasileiros já frequentaram a escola

(INAF:Indicador de Alfabetista Funcional/ IPM, 2009; IBGE, 2010; Retratos da Leitura no Brasil, 2009) por um período de 2 a 4 anos, e cerca de 7% dos analfabetos funcionais entre 15 e 30 anos (em 2009) também passaram ao menos 04 anos na escola (*id. Ibid.*).

Os brasileiros leem em média 1,8 livros por ano, incluindo os livros didáticos, os manuais de auto-ajuda e a Bíblia; segundo a CBL - Câmara Brasileira do Livro (cf. Ref.), a partir disso, pode-se estimar que quase a metade dos brasileiros maiores de 10 anos jamais leu livro literário ou técnico.

Segundo a CBL, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e indicadores de mercado (Ministério da Fazenda, 2009 e 2012), o aumento do volume de livros impressos e comercializados no Brasil, nos últimos 25 anos, deve-se, em grande parte, ao Programa Nacional do Livro Didático - PNLD e, mais recentemente, a partir de 2001, às compras públicas de livros literários e de outros gêneros, para suprir as bibliotecas escolares e públicas de um modo geral.

A biblioteca é o equipamento cultural público mais importante e numeroso do Brasil, presente em 85% das cidades brasileiras. Há perto de 630 municípios brasileiros que ainda não contam com bibliotecas públicas ou com acesso público. No País, os indicadores demonstram que a biblioteca raramente é um espaço de formação de leitores, por uma série de razões, entre elas: o acervo insuficiente e pouco variado e a falta de profissionais capazes de mediar a relação leitor-livro (INAF/IPM, 2009; IBGE, 2010; Retratos da Leitura no Brasil, 2009; INEP, 2009 – Edudata Brasil; PNLL, 2010).

Da análise da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil, 2009*³, a qual considera leitor o indivíduo que declarou ter ao menos um livro, independente do gênero ou conteúdo, no trimestre anterior à entrevista, selecionou-se os seguintes dados e indicadores.

O ato de ler algo (qualquer material impresso ou digital) em seu tempo livre é praticado por cerca de 35% dos brasileiros, destes, 79% têm formação superior. Já 77% dos brasileiros afirmam que sua forma preferida de ocupar o tempo livre é assistir

3 Nesta pesquisa, já mencionada, realizada em 2007 e divulgada em 2009/2010, a metodologia de construção da amostra da edição foi elaborada de modo que o conjunto de entrevistados representasse a totalidade da sociedade brasileira. Importante notar que **Retratos da Leitura...** (op. cit.) não estabelece parâmetros qualitativos de leitura, logo o conceito de leitor é amplo. Mesmo assim, trata-se de um registro muito importante para balizar a política e a economia do livro no País.

televisão.

Dados do perfil geral dos brasileiros que afirmam ler em seu tempo livre:

- São professores – 12%
- Formação superior -79%
- Renda familiar acima de 10 salários mínimos -78%
- Chefes de família -76%
- Espíritas – 76%
- Trabalham e estudam – 73%
- Membros das classes: A – 75% e B - 74%
- Moradores da região Sul – 72%
- Moradores das regiões metropolitanas - 69%
- Jovens e adultos de 18 a 24 anos – 67% ; 30 a 39 - 68%

Estima-se que 26% dos brasileiros veem a leitura como algo importante.

Entre os leitores, 55% são mulheres.

A Região Sul, seguida pela Sudeste, concentram os maiores percentuais de leitores (75 e 71% respectivamente).

O gênero mais lido no Brasil é a Bíblia (45% dos leitores) em suas diversas versões, seguida pelo livro didático (34%). A Bíblia é, também, o livro que mais atrai os não-leitores.

A maioria das crianças e adolescentes leitores preferem literatura e afirmam ler por prazer. Monteiro Lobato é o autor brasileiro mais admirado pelos leitores entrevistados e as obras referentes ao Sítio do Pica-Pau Amarelo, só perdem para a Bíblia no quesito “livro mais importante de sua vida”.

Os leitores dedicam mais tempo a ler revistas, periódicos, artigos de Internet do

que livros em geral (exceto a Bíblia e os didáticos).

Para os escolares, o tempo de leitura na escola ou de leitura de textos por ela indicados é maior do que o tempo dedicado à leitura livre. Para os que não estudam mais, ou não estão estudando no momento, o período de escola/faculdade/universidade/ outro curso formal é indicado como o de maior tempo dedicado à leitura.

49% dos leitores apontam a mãe, ou a responsável feminina, como a pessoa que o influenciou a ler, 33%, a professora e 30%, o pai.

A grande maioria dos leitores lê livros emprestados. Considerando que 73% dos leitores afirmam que não vão a bibliotecas, deduz-se que, além do empréstimo por parentes e amigos, os livros didáticos cedidos pela escola estão computados nessa categoria. A boa notícia é que a maioria dos frequentadores de bibliotecas, embora sejam poucos e concentrados nas faixas de 07 a 18 anos, afirmam ser bem atendidos nestes locais.

85% da população brasileira afirma possuir ao menos um livro. Considerando outros dados (INEP e IBGE/PNAD), é possível inferir que, em ao menos, 55% das residências há uma Bíblia ou um livro didático. A média nacional de posse de livros é de 25 livros por domicílio, o que demonstra uma alta concentração na posse de livros nas camadas mais ricas da população.

Sobre a leitura entre os professores, pesquisas etnográficas⁴ e trabalhos acadêmicos consultados, apontam:

- os percentuais de professores leitores não é maior que o percentual de leitores entre a população em geral;
- a pesquisa **Ensino Médio: múltiplas vozes** (UNESCO, 2003) indica uma tendência que provocou os pesquisadores em educação e suscitou várias reflexões. Segundo a pesquisa mais detalhada e ampla sobre os sujeitos dessa etapa de ensino, a média dos professores que atuam no Ensino Médio no Brasil tem quase a mesma condição cultural dos estudantes, pois ambos os grupos assistem aos mesmos filmes, ouvem as mesmas músicas, gostam dos mesmos

⁴ Todas as pesquisas acadêmicas, parte delas de cunho etnográfico, consultadas e analisadas, são mencionadas no item Referências.

programas de TV e boa parte dos que afirmam ler, leem os mesmos gêneros discursivos (revistas de atualidades, de moda e esportivas; artigos de jornais, estão entre os mencionados);

- embora relacionem uma série de fatores que os afastam da leitura, os professores não-leitores não se sentem à vontade com esta condição. Muitos afirmam saber que ler lhes faz falta;
- professores que buscam formar leitores, afirmam que poderiam ser melhor sucedidos se contassem com o comprometimento de todos ou de grande parte de seus colegas;
- pequena parcela, mas surpreendentemente ainda existente, dos professores pensa que a leitura é sinônimo de ócio, logo, para estes sujeitos, ler é uma forma de fugir do trabalho ou das tarefas escolares;
- existe nos meios educacionais uma perspectiva difusa – porém identificável quase na totalidade das amostras das pesquisas consultadas –, segundo a qual espera-se que os educadores sejam leitores habituais. Mais: é consenso que “trabalhar” textos e conteúdos que não se conhece não favorece o ensino-aprendizagem destes mesmos conteúdos. Essa contradição se expressa quando se compara estudos empíricos padronizados e estudos etnográficos acerca do tema leitura. Há, portanto, um distanciamento entre o que os professores, como sujeitos, julgam ideal no perfil da profissão que exercem e os dados que apontam que os professores em geral não costumam ler textos densos e dedicam pouco tempo a estudos e pesquisas autônomas e/ou para subsidiar seu trabalho.

NOTAS FINAIS

Decodificar o real em suas múltiplas dimensões mediante a leitura é um ato libertador, afirmam os leitores habituais. Na experiência a um só tempo gnosiológica e estética da fruição (ARIAS, 2011), sujeitos leitores superam, em certo sentido, a imediatez do cotidiano e descobrem outros sentidos para suas vidas (KRAMER, 2009). As leituras competentes de cunho técnico e informativo, por sua vez, auxiliam no desenvolvimento social e profissional dos sujeitos que as realizam. Nos campos científico, acadêmico, político, pedagógico, enfim, em todas as áreas do conhecimento e atuação humana, a leitura efetiva de registros escritos tem seu lugar de destaque.

Todos os sujeitos, mesmo os que não foram, por uma série de circunstâncias, alfabetizados, leem o mundo ao seu redor, aprendem, pela via da experiência, a

decodificar situações vivenciais, aprendem, em suma, a ler seus respectivos contextos. (MERIEU, P. apud BRAYNER, 2005; PIVOVAR, 2002). Porém, mais que um ato formal, uma opção individual, entende-se que a formação para a leitura dos diversos gêneros textuais e nos diversos contextos linguísticos, inscreve-se entre os direitos dos cidadãos. Claro que, quando se alude à importância da leitura nos meios educacionais, não se está objetivando a concretização do ideal tradicional do leitor de tipo livresco, participe dos círculos restritos da cultura erudita, mas, utilizando expressão mencionada, entre outros escritores-leitores, pelo cronista Paulo Mendes Campos⁵ que, minimamente sejam apresentados às formas de vir a possuírem as “chaves” para descerrar as portas que abrigam os diferentes universos da leitura, o que, implica em formação, em dominar instrumentais teórico-práticos, quase sempre distantes da maioria das realidades vivenciadas pela população brasileira, sobretudo, dos sujeitos da Educação Básica Pública.

O desafio da ampliação do número de leitores competentes para os setores educacionais tem inúmeras faces, desde metodológicas até de infraestrutura. No entanto, considerando a leitura como um dos elementos fundamentais para a construção do conhecimento, pondera-se que a formação de leitores deve ser encarada como uma prioridade para a escola, inscrevendo-se no universo educacional não como ação eventual ou programa isolado, mas como parte integrante das políticas curriculares e de formação continuada dos professores.

5 Referimo-nos às opiniões literárias de Campos, o qual afirma que para ler determinados livros e autores, tais como Clarice Lispector e Guimarães Rosa, é preciso possuir as “chaves corretas”. Os autores que mencionam as “chaves” para a leitura, por sua vez, parecem ter se inspirado no poema *Procura da Poesia* de Carlos Drummond de Andrade, o qual está disponível na íntegra no Sítio Oficial dos detentores dos direitos autorais do poeta na Internet.

REFERÊNCIAS

ARIAS, V. **Da reciprocidade entre a narrativa particular e os conceitos gerais:** possibilidades pedagógicas do texto literário no ensino de Filosofia e no exercício do filosofar. (Direitos autorais cedidos ao governo do Paraná/ PDE). Curitiba, 2010.

Disponível para professores da Rede Estadual de Educação do Paraná em:
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/frm_cadPlanoTrabalho.php?PHPS

BAYARD, P. **Como falar dos livros que você não leu.** São Paulo: Objetiva, 2008.

BRASIL. MINC. Metas do Plano Nacional de Cultura. Brasília, 2011.

Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/plano-nacional-de-cultura/>

_____. BRASIL. MEC. MINC. **Plano Nacional do Livro e da Leitura.** Brasília. 2010.

Disponível em: <http://www.pnll.gov.br/>

_____. MEC/INEP. **Mapa do Alfabetismo no Brasil.** Brasília, 2003.

Disponível em: www.inep.gov.br

BRAYNER, F. H. A. **Como salvar a educação (e o sujeito) pela literatura:** sobre Philippe Meirieu e Jorge Larrosa. In: Revista Brasileira de Educação (ANPED). Maio /Jun /Jul /Ago 2005 n° 29, p: 63-72.

DIAS, G.H.M. **Paradidático: praga da leitura?** uma proposta para o nono ano. (Artigo). Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. São Paulo, 2007. *Disponível em: alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/.../sm11ss01_05.pdf*

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil.** (Pesquisa de opinião: 29/11 a 14/12/2007). São Paulo, 2009.

Disponível em: <http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/texto.asp?id=48>

KLEBIS, C. E. De O. **Leitura e envolvimento:** a escola, a biblioteca e o professor na construção das relações entre leitores e livros. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Campinas. Campinas, 2006.

Disponível na Biblioteca Digital da Unicamp. libdigi.unicamp.br. Acesso mediante cadastro.

KRAMER, S. **Leitura e escrita como experiência:** seu papel na formação de sujeitos sociais. In: Presença Pedagógica, v.6 n.31, jan./fev, 2000. Pp.: 17 -27.

Disponível em: www.presencapedagogica.com.br/capa6/artigos/31.pdf

_____. **Leitura e escrita de professores:** da prática da pesquisa à prática de formação. In: Revista Brasileira de Educação, n° 7, Jan/Fev/Mar/Abr, 1998. Pp.: 19 - 41.

PIVOVAR, A. **O parlamento das gralhas.** In. Educar, Curitiba, n. 20, p. 87-105. 2002. Editora UFPR.

Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewArticle/2100>

POSSENTI, S. **Pragas da leitura..** Série Idéias n.13. São Paulo: FDE, 1994. Pp.: 27-33.

Disponível em: www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_13_p027-033_c.pdf

RODRIGUES , L. T. P. ; FRANZE, L. dos S; PEREIRA, S. T. D. **Hábitos de leitura de professores de escolas da Rede Estadual do Paraná.** (Pesquisa etnográfica). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

Disponível em: people.ufpr.br/~marizalmeida/interculturalidade/estudo_leitura.pdf

SILVA, M. V da. **A leitura na escola:** concepções de professores de diferentes disciplinas das séries finais do ensino fundamental. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2007.

SOUZA, R. J. de; SOUSA, A. C. de; CASTRO, P.C.V. de. **Leitura do professor, leitura do aluno:** processos de formação continuada. (Artigo). s/i. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Presidente Prudente, 2005.

Disponível em: www.unesp.br/prograd/PDFNE2004/artigos/.../leituraprofessor.pdf

UNESCO. BRASIL/MEC. ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G. (Coord.). **Ensino Médio:** múltiplas vozes. (pesquisa quantitativa/ qualitativa). Brasília, 2003.

Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=14748

Sítios para acesso a artigos especializados e bases de dados

Câmara Brasileira do Livro – CBL. www.cbl.org.br

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Gerência Setorial 4. www.bndes.org.br

Ministério da Fazenda. www.fazenda.gov.br

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira -INEP. www.inep.gov.br

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE / Dados PNAD e Censo. www.ibge.gov.br

Instituto Paulo Montenegro – INAF. www.inaf.org.br. Os dados e micro-dados são enviados aos pesquisadores mediante solicitação.

Todos os sítios mencionados e *links* indicados foram acessados no dia 08/03/2012.